

Pessoal do Saúde em Casa enfrenta GDF

Marcello Xavier
Da equipe do Correio

Os funcionários do Saúde em Casa estão dispostos a entrar na queda de braço e medir forças com o governo. Eles exigem a manutenção do programa e a garantia dos empregos. Algumas dezenas de médicos, enfermeiros e agentes comunitários decidiram manter a paralisação, iniciada na noite anterior, em assembleia realizada ontem atrás do Instituto Candango de Solidariedade, na 507 Sul.

Na assembleia ficou acertado que agentes comunitários vão percorrer algumas residências nas várias cidades onde o programa funciona, para conseguir o apoio da população, neste final de semana. Serão colhidas adesões a um abaixo-assinado que será entregue ao governador. Na próxima terça-feira, eles farão nova manifestação na porta da Secretaria de Saúde.

Sob sol forte, os funcionários do programa discutiram os rumos da primeira paralisação que enfrenta o governador Joaquim Roriz, que ameaçou os grevistas com corte de ponto e não recebimento de salários. "Vamos agir com rigor e cortar os pontos", ratifica o secretário de Comunicação, Welington Moraes. "É bom ressaltar que fomos claros durante a campanha, quando falamos em rever o formato do programa", reforça.

Os funcionários repudiaram as demissões e a mudança do Saúde em Casa para o Saúde da Família, considerada por muitos como um retrocesso. "O Saúde da Família é uma proposta mínima", opina o coordenador da equipe 15 de Ceilândia, Marcos Quito.

Formado por 304 equipes, o Saúde em Casa consome R\$ 6 milhões por mês, dos quais R\$ 600 mil que são repassados pelo governo federal. O programa atende, segundo dados ainda do governo petista, 1,2 milhão de pessoas em todo o Distrito Federal. Enquanto no DF o Saúde em Casa conta com equipes de 10 a 14 profissionais, as do Saúde da Família têm no máximo 8 pessoas.

Marcos Quito reforça que o programa do governo petista é uma vertente do Saúde da Família, do Ministério da Saúde, mas de forma

ampliada. "Em cada local recebeu um nome. Só que Brasília ampliou o projeto. O Saúde em Casa é o Saúde da Família melhorado", defende Marcos, que classifica de revanchismo a decisão do atual governo.

"Esse é o governo do desemprego, do calote e da mentira. Está de chicote na mão e batendo nas costas dos trabalhadores", esbravejou emocionada ao microfone a enfermeira Janilce Guedes de Lima. Ela recebeu ontem um comunicado de rescisão do contrato de trabalho. Ou seja, vai ser demitida. "Isso já era esperado", dispara.

Dirigentes do Sindicatão, Sindisaúde e do Sindicato do Enfermeiro estiveram presentes na assembleia dos funcionários do Saúde em Casa, que contou ainda com a presença do deputado federal Agnelo Queiroz (PC do B-DF). "Estamos aqui para prestar todo o apoio aos funcionários do programa." O parlamentar acredita que o atual governo está no sentido contrário a uma tendência mundial. "A prevenção de saúde é uma tendência no mundo inteiro", afirma.

EMERGÊNCIAS

No período de greve, apenas 30% dos funcionários continuarão trabalhando para manter abertos os postos de atendimento. Somente grávidas e pacientes crônicos terão as visitas domiciliares. Os pacientes receberão guias de encaminhamento para os centros de saúde e hospitalares.

Apesar de toda a movimentação do comando de greve, algumas unidades do programa ainda não aderiram à paralisação. "A greve não vai mudar a decisão do governo. O que tiver que acontecer vai acontecer", acredita a enfermeira Rosinei Jorge Peixoto, da equipe 69 de Ceilândia. Lá, a maioria dos funcionários optou por trabalhar.

"O Saúde em Casa tem que continuar. As pessoas humildes serão as mais prejudicadas", observa Eliana Cristina Barbosa, auxiliar de enfermagem da equipe 5, em Ceilândia. "Não concordo. Tem mais é que ampliar. Colocar mais médicos, enfermeiros e unidades", defende a dona de casa Beatriz Salomão, 19 anos, que usuária do programa em Santa Maria.

Carlos Vieira



Para a auxiliar de enfermagem Eliana Cristina, de Ceilândia, o fim do Saúde em Casa prejudica os mais humildes

A criação do Saúde em Família, em substituição ao Saúde em Casa, está definida em decreto-lei a ser assinado pelo governador Joaquim

Roriz. O governo argumenta que o atual programa criou, com o aluguel de 199 casas, uma estrutura paralela ao sistema de saúde vigente. Também aponta que grande parte dessas casas não tem condições de ser utilizada como unidades de Saúde.